

Perfil da produção das Casas legislativas brasileiras

Parte 1: Senado Federal e Câmara dos Deputados

Claudio Weber Abramo¹

INTRODUÇÃO	2
NÚMEROS GERAIS	4
SENADO FEDERAL	9
DISTRIBUIÇÃO POR BANCADAS ESTADUAIS E PARTIDÁRIAS	14
CÂMARA DOS DEPUTADOS	19
DISTRIBUIÇÃO POR BANCADAS ESTADUAIS E PARTIDÁRIAS	24
CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO	29

¹ Diretor executivo, Transparência Brasil.

INTRODUÇÃO

No âmbito de seu projeto Excelências (www.excelencias.org.br) a Transparência Brasil recolhe diversos tipos de informações a respeito do desempenho de todos os parlamentares pertencentes às principais Casas legislativas brasileiras: Senado Federal, Câmara dos Deputados, todas as Assembleias Legislativas e todas as Câmaras de Vereadores das capitais estaduais. São 55 Casas em que, a cada momento, há um total de 2.368 parlamentares em exercício. Todos são cobertos pelo projeto.

Em 2007 e 2008 o projeto Excelências foi financiado pelo Fundo para a Democracia da Organização das Nações Unidas.

A partir de 2009 a Fundação Ford passou a apoiar financeiramente o projeto.

Entre os dados recolhidos está a produção legislativa desses parlamentares – projetos de lei, projetos de resolução, requerimentos, indicações (sugestões), pedidos de informação, moções etc. A produção legislativa de cada parlamentar é atualizada continuamente e apresentada tanto em sua página no projeto Excelências quanto numa interface dinâmica em que se apresentam as informações reunidas por Casa e por parlamentar (www.excelencias.org.br/@pls.php).

Das 55 Casas acompanhadas pelo projeto, apenas 36 publicam essa produção na Internet. Dessas, nove dão informações precárias ou as apresenta de forma a dificultar a consulta (não há classificações nem buscas). Só 27 o fazem de modo a permitir uma consulta organizada. Este relatório dá conta da produção legislativa de 24 dessas 27 Casas (para três delas – Curitiba, Campo Grande e Cuiabá – o processo que a Transparência Brasil usa para recolher as matérias ainda estava em desenvolvimento quando da confecção deste relatório).

São as seguintes as Assembleias estaduais que não listam na Internet a produção legislativa de seus integrantes: Amazonas, Goiás, Pará, Rio Grande do Norte e Roraima. Assembleias que publicam dados de uma forma que dificulta a busca e coleta da informação são as do Acre, Alagoas, Maranhão, Mato Grosso, Piauí, Sergipe e Tocantins.

O panorama de obscuridade é semelhante entre as Câmaras de Vereadores das capitais. Só dez publicam organizadamente a sua produção legislativa e mais duas (Manaus e Palmas) o fazem de modo precário. As que não publicam nenhuma informação são Aracaju, Belém, Boa Vista, Goiânia, Macapá, Maceió, Natal, Porto Velho, Recife, Rio Branco, Salvador, São Luís, Teresina e Vitória.

A Transparência Brasil recolhe toda a produção das Casas que disponibilizam tais dados, atualizando o registro todos os meses. O período abrangido depende do tipo de Casa. Assim:

Senado Federal: a partir de fevereiro de 2003, incluindo os mandatos dos senadores eleitos em 2002;

Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas: a legislatura atual, iniciada em fevereiro de 2007;

Câmaras de Vereadores de capitais: a partir de fevereiro de 2005, incluindo, assim, tanto a última legislatura quanto a que se iniciou em fevereiro de 2009.

A proposição de matérias legislativas é apenas uma das atribuições das Casas parlamentares. Elas também têm a atribuição constitucional de fiscalizar o Executivo e de apreciar e aprovar o Orçamento proposto pelo Executivo. Além disso, embora não constitua uma atribuição formal, é nos parlamentos que se dá o debate político opondo interesses da sociedade, o qual nem sempre se reflete na atividade registrada formalmente, sendo impossível medi-lo.

Do que se pode medir, constata-se que os parlamentos brasileiros legislam predominantemente sobre assuntos com pouco ou nenhum impacto. Poucas matérias com impacto de sua iniciativa são aprovadas. Em contraste, as matérias com origem no Executivo recebem tratamento preferencial, sendo, em sua maioria, promulgadas. As Casas tampouco fiscalizam o poder Executivo. Dessa forma, descumprem suas duas principais atribuições constitucionais.

Esse estado de coisas, que coloca em risco a própria legitimidade do Poder Legislativo aos olhos do eleitor, tem origem clara no processo de cooptação a que esse Poder se entrega frente ao Executivo. Acontece que a Constituição brasileira coloca nas mãos do chefe do Executivo (como também dos juizes, desembargadores, promotores públicos e parlamentares) a prerrogativa de nomear verdadeiros exércitos de pessoas para ocupar cargos comissionados (os chamados “cargos de confiança”). As primeiras ações de qualquer prefeito, governador ou presidente eleitos no Brasil são voltadas para assegurar maiorias nas respectivas Casas legislativas, o que conseguem através do leilão de cargos: “me apóie e, em troca, fique com tal pedaço da administração”. O loteamento das estruturas administrativas entre os partidos políticos tem a função de neutralizá-los. Eles deixam de legislar e deixam de fiscalizar o Executivo, pois essa é a contrapartida do negócio que se acerta. Caso legislassem ou fiscalizassem o Executivo, destruiriam as bases do negócio e rapidamente perderiam as capitâneas que controlam no loteamento da administração.

Esse mecanismo é uma verdadeira usina de corrupção. O quê, precisamente, um partido político quer ao assumir o controle de uma Superintendência Regional do DNIT ou do INSS, a diretoria de insumos de uma estatal, uma subprefeitura, uma secretaria estadual, senão usar a repartição em benefício próprio?

É claro que existem outros motivos que se combinam com esse para transformar as Casas legislativas em organismos que mais trabalham em prol dos interesses dos políticos do que da população. A distribuição de cargos de confiança, contudo, ocupa talvez o primeiro lugar na lista de disfuncionalidades do Legislativo brasileiro.

Além dos efeitos políticos, a enorme quantidade de nomeações destroi as carreiras públicas, pois o indivíduo concursado sabe que, se não se acertar com algum partido, terá fortemente reduzidas as suas chances de progredir na carreira.

Tudo isso só pode começar a corrigir-se por alteração da Constituição, pois é lá que o problema tem origem. É urgente, no Brasil, a redução drástica da prerrogativa que os detentores do poder detêm de nomear pessoas para ocupar cargos de confiança.

NÚMEROS GERAIS

As 212.674 proposições constantes do banco de dados do projeto Excelências até os últimos dias de março de 2009 distribuem-se da seguinte forma conforme suas categorias:

Categoria	Quantidade	%
<i>Não alocadas a algum parlamentar*</i>	30 434	14,3%
<small>Na maioria são projetos do Executivo, mas a categoria inclui também matérias originadas nas Mesas e Comissões de cada Casa.</small>		

As matérias que são alocadas a parlamentares especificados somam, assim, 182.240. Elas se distribuem do seguinte modo:

Categoria	Quantidade	%
<i>Assuntos da Casa/Tramitações</i>	39 116	21,5%
<i>Requisições a outros órgãos</i>	66 832	36,7%
<i>Matérias com impacto</i>	32 220	17,6%
<i>Matérias com pouco ou nenhum impacto</i>	44 072	24,2%
Total	182 240	

As Requisições a outros órgãos, que constituem uma parcela alentada da produção agregada das Casas, são em sua maioria sugestões dirigidas ao Executivo para que tome providências a respeito de consertos, pavimentações, instalação de postos de serviços e assim por diante. Há parlamentares, particularmente nas Câmaras de Vereadores, cuja inteira produção se resume a isso.

Descontando-se essas matérias e mais aquelas referentes a assuntos internos, restam 76.293 proposições da autoria de parlamentares que estão ou estiveram em exercício, das quais 44.071 (58%) correspondem a assuntos com pouco ou nenhum impacto e 32.222 (42%) a matérias com impacto. Estas últimas distribuem-se da seguinte maneira conforme suas categorias:

Categorias com impacto	Qtde	Categorias com impacto	Qtde
<i>Utilidade/Interesse Público</i>	4 891	<i>Álcool, Drogas, Fumo</i>	484
<i>Miscelânea</i>	4 463	<i>Transporte Coletivo e de Aluguel</i>	453
<i>Saúde</i>	1 853	<i>Corrupção e Controle</i>	413
<i>Audiências Públicas</i>	1 835	<i>Agropecuária/Reforma Agrária</i>	405
<i>Meio Ambiente/Lixo/Água</i>	1 517	<i>Alimentos/Nutrição</i>	383
<i>Consumidor/Serviços Públicos</i>	1 236	<i>Regulação Política</i>	334
<i>Educação</i>	1 126	<i>Comércio</i>	303
<i>Deficientes</i>	1 005	<i>Cultos Religiosos</i>	269
<i>Tributos/Taxas etc.</i>	936	<i>Energia</i>	250
<i>Habitação/Questões Urbanas</i>	899	<i>Vias Públicas</i>	240
<i>Agentes Públicos</i>	839	<i>Transportes e Infraestrutura</i>	237
<i>Trânsito (incl. multas, taxas)</i>	760	<i>Esporte</i>	227
<i>Defesa Civil/Segurança</i>	705	<i>Cessão de Imóveis</i>	223
<i>Criança e Adolescente</i>	616	<i>Previdência/Pensões</i>	221
<i>Justiça/Códigos</i>	562	<i>Regulação do Trabalho</i>	195
<i>Mulher</i>	558	<i>Atos de Fiscalização</i>	190
<i>Cultura</i>	543	<i>Contas Públicas, Orçamento</i>	175
<i>Idosos/Aposentados</i>	517	<i>Emprego/Desemprego</i>	165
<i>Turismo</i>	508	<i>Animais</i>	162
<i>Cidadania/Direitos Humanos</i>	497	<i>CPIs</i>	148

Categorias com impacto	Qtde
Telecomunicações	122
Licitações e Contratos	116
Circunscrições Administrativas	103
Questões Raciais	90
Publicidade	83
Tombamento	82
Regulamentação de Profissões	67
Questões Indígenas	65

Categorias com impacto	Qtde
Privilégios a Advogados	48
Criação de Estados e Municípios	39
Monumentos	23
Jogos Panamericanos	20
Copa 2014	17
Olimpíadas 2016	4
Total	32 220

Categorias com pouco ou nenhum impacto	Qtde
Homenagens	36 629
Batismos	4 384
Sessões Solenes/Especiais	2 162
Datas Comemorativas	705
Simbologia	92
Cidades Símbolo	54
Cidades Irmãs	46
Total	44 072

Por exemplo, se fossem todas aprovadas, as sugestões de definir Datas Comemorativas, que somam 705 no agregado das Casas, levariam a uma média de quase duas comemorações desse tipo por dia do ano em algum lugar do país. O “dia do cerimonialista” foi proposto em dez Casas e o “dia do samurai” em quatro; o “dia do taxista” (ou “do mototaxista”) aparece em onze Casas; há uma “ordem De Molay” alvo de proposições em nove Casas para que seu dia seja comemorado; dezenas de Projetos de Lei pretendem definir datas para comemorar clubes de futebol e seus torcedores.

A grande maioria das proposições sem impacto são Homenagens, que somam mais de 36 mil. Embora a maior parte delas corresponda a moções (de pesar, de congratulações, de júbilo, de apoio etc.), que não implicam muito tempo de tramitação e não são de fato examinados em detalhe (e nem poderiam ser, dado seu imenso número), restam 3.035 Projetos de Lei ou Projetos de Decreto Legislativo tratando dessas matérias, as quais passam por tramitação alongada, com discussões, pareceres etc. E há às vezes homenagens em cascata, quando alguém é homenageado em alguma Casa e, em outra, um parlamentar propõe nova homenagem pelo fato de o indivíduo ter sido homenageado na primeira vez. Muitas vezes uma Homenagem aprovada dá lugar ao requerimento de convocação de uma Sessão Solene para entrega do galardão à pessoa ou entidade distinguida.

Das 24 Casas analisadas neste relatório, a Transparência Brasil obtém a informação sobre se cada matéria foi ou não aprovada em 16 delas. (Projetos de lei aprovados não necessariamente se transformam em lei, pois o Executivo pode vetá-los total ou parcialmente – o que, em particular nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores, acontece com alta frequência.) Para o agregado dessas 16 Casas, a distribuição de matérias aprovadas é a seguinte:

Matérias	Total	Aprovadas	%
Com impacto	20 481	3 247	15,9%
Com pouco ou nenhum impacto	28 473*	23 079	81,0%
Total	48 954	26 326	

* Cerca de 10 mil dessas são moções (que não passam por tramitação).

Assim, a taxa de aprovação de proposições sem impacto apresentadas pelos parlamentares é cinco vezes maior do que a porcentagem correspondente das matérias com impacto.

No agregado das Casas, a distribuição das matérias dotadas de impacto reflete em parte a resposta dos parlamentares às demandas que eles identificam na sociedade. Há, contudo, exceções, de Casas em que a maior frequência mais parece seguir o interesse dos parlamentares.

O tipo de matéria proposta numa Casa depende muito da esfera administrativa considerada. Por exemplo, proposições de natureza urbana são típicas de Câmaras de Vereadores, enquanto matérias relacionadas a temas gerais cabem nas Casas do Congresso.

Apesar disso, verifica-se que alguns deputados estaduais e vereadores propõem projetos situados nitidamente fora de sua alçada. Não raro, eles assinam matérias referentes a regulação financeira, normas gerais de telecomunicações, geração de energia e outras áreas. Algumas dessas proposições chegam a ser aprovadas em plenário – apenas para ser vetadas pelo chefe do Executivo por inconstitucionalidade.

O assunto com impacto mais frequente no conjunto das Casas é a concessão do título de Utilidade Pública a entidades diversas: 4.891 projetos. No Senado e na Câmara dos Deputados essas matérias são pouco frequentes; o número elevado decorre das Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores das capitais. Observe-se que a concessão de um título de Utilidade Pública tem repercussão financeira, pois habilita as entidades beneficiadas a receber recursos públicos a fundo perdido na forma de “subvenção social” (é por isso que proposições relativas a Utilidade Pública são consideradas dotadas de impacto) . Em diversos casos essas subvenções são distribuídas pelas próprias Casas. O agudo interesse dos parlamentares em relação a esse tema se demonstra por sua taxa de aprovação. Enquanto a média geral de aprovações das matérias com impacto é de apenas 6,3%, no caso da Utilidade Pública essa porcentagem é quatro vezes mais alta, de 25% .

De 38.168 projetos legislativos propriamente ditos produzidos pelos integrantes das Casas (ou seja, excluindo-se moções e requerimentos), 2.003 são do tipo autorizativo, ou seja, “autorizam” o Executivo a fazer algo. Desses, pelo menos 196 foram aprovados. Acontece que, com pouquíssimas exceções, na prática leis autorizativas nada significam, uma vez que não definem obrigações para o Executivo.

Às vezes, propor matérias autorizativas serve ao propósito de multiplicar artificialmente o número de Projetos de Lei de um parlamentar. Por exemplo, Carlos Souza, que já foi deputado federal pelo Amazonas (não está em exercício presentemente), assinou 60 PLs autorizativos voltados à “criação de Distrito Agropecuário no Município de ZZZ, no Estado do Amazonas, e dá outras providências”, onde ZZZ é o nome de um município do estado.

Um tema que aparece relativamente pouco nas Assembleias Legislativas e Câmaras de capitais diz respeito à Corrupção e Controle. A maioria das proposições desse tipo é apresentada nas Casas do Congresso Nacional. A omissão é tanto mais preocupante quanto mais se considera que, por tudo quanto se saiba, a incidência de corrupção é muito maior nos estados e municípios do que na União.

Corrupção e Controle			
Casa	Qtde	Aprovadas	%
<i>Senado</i>	109	6	5,5%
<i>Câmara</i>	100	0	0%
<i>AP</i>	4	1	25,0%
<i>BA</i>	12		
<i>CE</i>	6	2	33,3%
<i>DF</i>	18	2	11,1%
<i>ES</i>	3		
<i>MG</i>	18	0	0%
<i>MS</i>	1		
<i>PB</i>	1	0	0%
<i>PE</i>	2	1	50,0%

Corrupção e Controle			
Casa	Qtde	Aprovadas	%
PR	10		
RJ	10	0	0%
RO	6	1	16,7%
RS	8	1	12,5%
SC	3		
SP	17	0	0%
Belo Horizonte	15		
Florianópolis	7		
Fortaleza	21		
João Pessoa	7	2	28,6%
Porto Alegre	10	3	30,0%
Rio de Janeiro	10	0	0%
São Paulo	14	2	14,3%
Total	414	22	5,3%

* A ausência de número corresponde a Casas em que a Transparência Brasil não recolhe a informação.

Na mesma toada, as requisições de Atos de Fiscalização de iniciativa das Casas (expressos em Requerimentos internos) são outro tema praticamente restrito ao Congresso. (As Assembleias Legislativas do Amapá, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná e Rondônia, bem como as Câmaras Municipais de Florianópolis, Fortaleza e Rio de Janeiro não publicam os Requerimentos emitidos pelos seus integrantes, em que se expressam Atos de Fiscalização, e por isso não aparecem na tabela.)

Atos de Fiscalização	
Casa	Qtde
Senado	39
Câmara	111
BA	13
DF	14
MS	0
PB	0
PE	0
RJ	1

Atos de Fiscalização	
Casa	Qtde
RS	0
SC	1
SP	9
Belo Horizonte	0
João Pessoa	0
Porto Alegre	1
São Paulo	1
Total	190

Audiências Públicas são ocasiões importantes em que assuntos de interesse coletivo são discutidos mais amplamente. A tabela seguinte resume a distribuição de sugestões de Audiências Públicas de autoria de parlamentares identificáveis (não se incluem as de autoria de Comissões, que são muitas) nas Casas em que publicam essa informação. A ausência de quantidades na coluna “Aprovadas” corresponde a Casas que não indicam se a sugestão foi ou não acolhida e a Casas em que a Transparência Brasil não recolhe esse dado.

Audiências Públicas			
Casa	Qtde	Aprovadas	%
Senado	2		
Câmara	1 014		
BA	7		

Audiências Públicas			
Casa	Qtde	Aprovadas	%
DF	161	71	44%
MG	2		
MS	63		

Audiências Públicas			
Casa	Qtde	Aprovadas	%
<i>PB</i>	87	67	77%
<i>PE</i>	64	59	92%
<i>RO</i>	24		
<i>SP</i>	10		
<i>Belo Horizonte</i>	378		

Audiências Públicas			
Casa	Qtde	Aprovadas	%
<i>Fortaleza</i>	2		
<i>João Pessoa</i>	18	16	89%
<i>São Paulo</i>	3		

SENADO FEDERAL

Número de integrantes: 81.

Período considerado: De 2003 ao presente para os eleitos em 2002; de 2007 ao presente para os eleitos em 2006.

Requerimentos: Incluídos.

Informação sobre aprovação de matérias: Sim, exceto para Requerimentos. Consideram-se todas as moções (votos de congratulações etc.) como aprovadas. Matérias aprovadas na Casa não são necessariamente promulgadas, uma vez que podem ter sido vetadas total ou parcialmente pelo Executivo.

Data da última atualização: 29.mar.2009.

Ver em www.excelencias.org.br/@pls.php?cs=2 a relação das matérias propostas por cada um dos senadores em exercício.

Observação importante: A proposição de matérias legislativas não é a única atividade de parlamentares. Eles trabalham em Comissões Temáticas e participam do debate político. Em particular os que exercem funções de liderança partidária ou a Presidência da Casa ou de Comissões tendem a propor poucas matérias de sua própria autoria.

Das 5.819 matérias propostas por senadores desde fevereiro de 2003, quando se iniciou a 56ª Legislatura, a maioria (44%) é dotada de impacto, mas ainda assim uma alta porcentagem (38%) corresponde a assuntos sem importância.

	Qtde	%
Assuntos da Casa/Tramitações	927	16%
Requisições a outros órgãos	160	3%
Matérias com impacto	2 534	44%
Matérias com pouco ou nenhum impacto	2 198	38%
Total	5 819	

As matérias com impacto distribuem-se conforme a tabela seguinte. A taxa de aprovação geral tem sido de 7,9%.

Com impacto	Qtde	Aprovadas	%
Miscelânea	525	34	6,5%
Justiça/Códigos	223	24	10,8%
Educação	162	29	17,9%
Tributos/Taxas etc.	154	8	5,2%
Regulação Política	137	7	5,1%
Corrupção e Controle	109	6	5,5%
Agentes Públicos	80	5	6,3%
Saúde	80	13	16,5%
Previdência/Pensões	78	2	2,6%
Contas Públicas, Orçamento	64	0	0%
Regulação do Trabalho	63	7	11,1%
Consumidor/Serviços Públicos	63	7	11,1%
Meio Ambiente/Lixo/Água	62	6	9,7%
Trânsito (incl. multas, taxas)	52	1	1,9%
Criança e Adolescente	51	5	9,8%
Deficientes	50	4	8,0%
Agropecuária/Reforma Agrária	49	1	2,0%
Idosos/Aposentados	46	4	8,7%

Com impacto	Qtde	Aprovadas	%
<i>Habitação/Questões Urbanas</i>	45	2	4,4%
<i>Atos de Fiscalização</i>	39	0	0%
<i>Defesa Civil/Segurança</i>	39	3	7,7%
<i>Álcool, Drogas, Fumo</i>	34	1	2,9%
<i>CPIs</i>	31	0	0%
<i>Energia</i>	28	0	0%
<i>Questões Indígenas</i>	24	1	4,2%
<i>Licitações e Contratos</i>	24	0	0%
<i>Regulamentação de Profissões</i>	23	3	13,0%
<i>Cidadania/Direitos Humanos</i>	22	0	0%
<i>Mulher</i>	21	2	9,5%
<i>Alimentos/Nutrição</i>	21	5	23,8%
<i>Telecomunicações</i>	20	1	5,0%
<i>Cultura</i>	20	6	30,0%
<i>Transportes e Infraestrutura</i>	18	4	22,2%
<i>Transporte Coletivo e de Aluguel</i>	13	1	7,7%
<i>Emprego/Desemprego</i>	10	0	0%
<i>Privilégios a Advogados</i>	9	1	11,1%
<i>Criação de Estados e Municípios</i>	8	0	0%
<i>Esporte</i>	7	1	14,3%
<i>Questões Raciais</i>	6	3	50,0%
<i>Turismo</i>	4	0	0%
<i>Cessão de Imóveis</i>	4	0	0%
<i>Comércio</i>	3	0	0%
<i>Publicidade</i>	3	1	33,3%
<i>Cultos Religiosos</i>	3	1	33,3%
<i>Circunscrições Administrativas</i>	2	0	0%
<i>Sugestões de Audiências Públicas</i>	2	0	0%
<i>Tombamento</i>	1	1	100%
<i>Animais</i>	1	0	0%
<i>Copa 2014</i>	1	0	0%
Soma	2 534	200	7,9%

Com pouco ou nenhum impacto	Qtde	Aprovadas	%
<i>Homenagens</i>	2 025	2 014	99,5%
<i>Sessões Solenes/Especiais</i>	121	-	-
<i>Batismos</i>	36	14	38,9%
<i>Datas Comemorativas</i>	15	7	46,7%
<i>Simbologia</i>	2	1	50,0%
Soma	2 199	2 036	92,6%

Os dez senadores em exercício mais prolíficos na proposição de matérias com impacto são listados em seguida, indicando-se também as porcentagens de matérias aprovadas, bem como as matérias sem impacto que apresentaram. Esses dez propuseram 927 matérias (36,6% do total da Casa), das quais 55 foram aprovadas (27,5% do total de matérias com impacto aprovadas no Senado). Esses senadores também apresentaram um total de 325 matérias sem impacto relevante, o que corresponde a 14,8% do total de matérias desse tipo apresentadas pelo conjunto de todos os senadores. Na última linha, entre parênteses, os percentuais em relação aos totais do Senado.

Nome	Com impacto	Aprovadas	%	Sem impacto	Aprovadas	%
<i>Paulo Paim</i>	189	14	7,4%	76	60	78,9%
<i>Pedro Simon</i>	122	5	4,1%	35	32	91,4%
<i>Marcelo Crivella</i>	103	5	4,9%	23	22	95,7%
<i>Exedito Júnior</i>	91	0	0%	3	3	100%
<i>Alvaro Dias</i>	86	5	5,8%	48	48	100%
<i>Cristovam Buarque</i>	83	7	8,4%	25	5	20,0%
<i>Gerson Camata</i>	70	5	7,1%	33	33	100%
<i>Serys Slhessarenko</i>	62	6	9,7%	54	51	94,4%
<i>Sérgio Zambiasi</i>	61	3	4,9%	26	24	92,3%
<i>Demóstenes Torres</i>	60	5	8,3%	2	1	50,0%
Soma dos dez	927 (36,6%)	55 (27,5%)	5,9%	325 (14,8%)	279 (13,7%)	85,8%

As cinco categorias dotadas de impacto que são mais frequentes no Senado são Justiça/Códigos (inclui alterações nos códigos penal e civil, nos respectivos códigos de processos e assuntos relacionados à organização da Justiça); Educação; Tributos/Taxas (exceto isenções, que são classificadas nas áreas objeto da isenção); Regulação Política (eleições, partidos, federalismo); Corrupção e Controle. Para cada uma dessas cinco categorias, listam-se os cinco senadores que mais matérias apresentaram (no título de cada tabela informa-se o número total de matérias daquela categoria apresentadas pelos senadores; a porcentagem indicada na soma da coluna de quantidades é referida a esse número). Note-se que matérias relativas a esses mesmos temas podem ter sido classificadas pela Transparência Brasil sob a rubrica Miscelânea (isso acontece quando a ementa não especifica o assunto da proposição).

Justiça/Códigos (223)	Qtde	Aprovadas	%
<i>Demóstenes Torres</i>	29	4	13,8%
<i>Pedro Simon</i>	22	2	9,1%
<i>César Borges</i>	12	4	33,3%
<i>Magno Malta</i>	10	2	20,0%
<i>Alvaro Dias</i>	9	1	11,1%
Soma dos cinco	82 (37%)		

Exemplos:

PLS 119/2004 (Demóstenes Torres, **aprovado**): Altera os artigos 60 e 61 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e o artigo 2º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, pertinentes à competência dos Juizados Especiais Criminais, no âmbito da Justiça Estadual e da Justiça Federal.

PLS 134/2004 (Pedro Simon, **aprovado**): Altera os artigos 267, 269 e 295 da Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, ampliando as hipóteses de indeferimento da petição inicial, e dá outras providências.

Educação (162)	Qtde	Aprovadas	%
<i>Cristovam Buarque</i>	33	4	12,1%
<i>Flávio Arns</i>	14		0%
<i>Paulo Paim</i>	9	2	22,2%
<i>Marconi Perillo</i>	8		0%
<i>Gerson Camata</i>	4	1	25,0%
Soma dos cinco	68 (42%)		

Exemplos:

PLS 540/2007 (Cristovam Buarque): Insere o art. 72-A na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para prever a responsabilização dos gestores municipais que descumprirem deveres de natureza educacional.

PLS 417/2008 (Flávio Arns): Autoriza a criação de Escola Técnica Federal em Loanda, no Estado do Paraná.

Tributos/Taxas (154)	Qtde	Aprovadas	%
<i>Paulo Paim</i>	10	1	10,0%
<i>Valdir Raupp</i>	7		0%
<i>Alvaro Dias</i>	7		0%
<i>Expedito Júnior</i>	6		0%
<i>César Borges</i>	6	1	16,7%
Soma dos cinco	36 (23%)		

Exemplos:

PLS 320/2004 (Paulo Paim, **aprovado**): Dá nova redação ao art. 12 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que dispõe sobre a incidência do imposto de renda sobre os rendimentos recebidos acumuladamente.

PEC 309/2008 (Expedito Júnior): Estabelece a incidência do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações que destinem energia elétrica a outros Estados.

Regulação Política (137)	Qtde	Aprovadas	%
<i>Alvaro Dias</i>	10		0,0%
<i>Pedro Simon</i>	9		0,0%
<i>Antonio Carlos Valadares</i>	5	2	40,0%
<i>Cristovam Buarque</i>	5		0,0%
<i>Valter Pereira</i>	5		0,0%
Soma dos cinco	34 (25%)		

Exemplos:

PLS 373/2008 (Alvaro Dias): Acrescenta inciso ao § 4º do art. 23 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, de modo a permitir a doação de recursos financeiros para campanhas eleitorais por meio de cartões de pagamento.

PLS 60/2003 (Antonio Carlos Valadares, **aprovado**): Modifica os artigos 19 e 22 da Lei nº 9096, de 19 de setembro de 1995, que "dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os artigos 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal", estabelecendo regras claras sobre a dupla filiação.

Corrupção e Controle (109)	Qtde	Aprovadas	%
<i>Pedro Simon</i>	21		0%
<i>Gerson Camata</i>	9		0%
<i>Raimundo Colombo</i>	5		0%
<i>Demóstenes Torres</i>	5		0%
<i>Cristovam Buarque</i>	4		0%
Soma dos cinco	44 (40%)		

Exemplos:

PLS 103/2007 (Pedro Simon): Altera o art. 54 e suprime o inciso I do art. 56 da Constituição Federal, para vedar a investidura de membros do Poder Legislativo em cargos no Poder Executivo.

PLS 99/2009 (Cristovam Buarque): Determina a inclusão automática na "malha fina" das declarações do imposto de renda dos contribuintes detentores de mandato eletivo.

Tomando-se as matérias com pouco ou nenhum impacto, os dez mais ativos estão listados na tabela abaixo. De longe o senador mais ativo é Arthur Virgílio, responsável por 867 do total de 2.205 apresentadas na Casa. Grande parte das matérias sem impacto são Moções emitidas automaticamente, e por isso consideradas como aprovadas (entre parênteses, na última linha, os percentuais em relação aos totais do Senado).

Nome	Com impacto	Aprovadas	%	Sem impacto	Aprovadas	%
<i>Arthur Virgílio</i>	31	1	3,2%	867	859	99,1%
<i>Ideli Salvatti</i>	13	3	23,1%	77	74	96,1%

Nome	Com impacto	Aprovadas	%	Sem impacto	Aprovadas	%
Paulo Paim	160	14	8,8%	76	60	78,9%
Marco Maciel	12	1	8,3%	67	62	92,5%
Eduardo Azeredo	14	2	14,3%	60	60	100%
Serys Shlessarenko	51	4	7,8%	54	51	94,4%
Alvaro Dias	65	4	6,2%	48	48	100%
Flexa Ribeiro	21	1	4,8%	45	45	100%
Romeu Tuma	38	1	2,6%	43	37	86,0%
Eduardo Suplicy	9		0,0%	39	38	97,4%
Soma dos dez	414 (16,3%)	31 (15,5%)	7,5%	1 376 (62,4%)	1 334 (65,5%)	96,9%

A principal categoria sem impacto é a das Homenagens. Entre estas incluem-se 10 Projetos de Lei propondo a inscrição de indivíduos no “Livro dos Heróis da Pátria”. Os cinco mais ativos:

Homenagens (2 205)	Qtde	Aprovadas	%
Arthur Virgílio	858	858	100%
Ideli Salvatti	74	74	100%
Marco Maciel	61	61	100%
Paulo Paim	60	59	98,3%
Eduardo Azeredo	60	60	100%
Soma dos cinco	1 113 (50%)		

Exemplos:

RQS 671/2003 (Arthur Virgílio): Voto de Aplauso pelo transcurso do Centenário do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito das Arcadas, no Largo de São Francisco, em São Paulo-SP, extensivo aos dirigentes do Centro, à Faculdade de Direito da USP e ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

RQS 732/2007 (Arthur Virgílio): VOTO DE APLAUSO ao GRUPO BANDEIRANTES DE COMUNICAÇÃO, pelo transcurso do 70º aniversário do início de suas atividades.

RQS 971/2008 (Arthur Virgílio): Voto de estímulo ao músico amazonense Geovani Andrade, que se prepara para gravar seu primeiro CD, intitulado "Infinito".

RQS 1089/2004 (Ideli Salvatti): Voto de louvor ao Banco do Estado de Santa Catarina - BESC, pela classificação "cinco estrelas" recebida da Standard & Poors.

PLS 421/2005 (Paulo Paim, **aprovado**): Inscreve o nome de Sepé Tiarajú no Livro dos Heróis da Pátria.

Exemplos de Sessões Solenes/Especiais:

RQS 1040/2008 (Patrícia Saboya): Em comemoração aos 30 anos de existência da TV Cidade de Fortaleza.

RQS 1141/2007 (Marconi Perillo): Destinada a homenagear os 100 anos de criação do Município de Anápolis - Goiás.

RQS 14/2009 (Inácio Arruda): Homenagear o centenário de nascimento de Dom Hélder Câmara.

Exemplos de Datas Comemorativas:

PLS 207/2008 (Efraim Morais): Institui o Dia Nacional do Sanfoneiro.

PLS 394/2008 (Gilberto Goellner): Institui o Dia Nacional do Criador de Cavalos.

PLS 491/2008 (Gilberto Goellner): Institui o Dia Nacional do Distribuidor de Insumo Agrícola e Veterinário.

PLS 324/2003 (Garibaldi Alves Filho, **aprovado**): Institui o Dia Nacional dos Jornais Oficiais.

Uma senadora atualmente em exercício (Marina Silva) não apresentou qualquer matéria com impacto, tendo submetido duas sem impacto (uma delas aprovada).

Por outro lado, houve oito senadores que apresentaram matérias com impacto e que não propuseram nenhuma sem impacto. São eles:

Nome	Com impacto	Aprovadas
<i>Delcídio Amaral</i>	20	2
<i>Francisco Dornelles</i>	16	
<i>Gilvam Borges</i>	14	
<i>Maria do Carmo Alves</i>	10	
<i>Lobão Filho</i>	6	
<i>João Durval</i>	5	
<i>João Tenório</i>	4	1
<i>Eliseu Resende</i>	1	
Soma dos oito	76	3

Por fim, não há registro de qualquer atividade legislativa (incluindo-se aí assuntos internos e requisições a outros órgãos) de dois senadores: Gilberto Goellner e Roberto Cavalcanti.

Distribuição por bancadas estaduais e partidárias

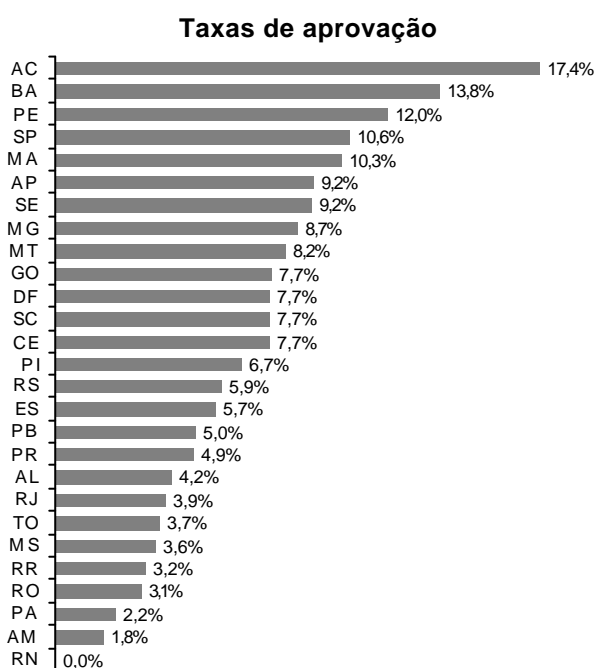
A distribuição das matérias com impacto segundo as bancadas estaduais (há três senadores por bancada) está descrita na tabela seguinte. Contam-se apenas os projetos de responsabilidade dos senadores em exercício em 8 de abril de 2009. Por isso, os totais informados podem não coincidir com os totais das tabelas anteriores, que também incluem proposições de senadores que estiveram em exercício em algum momento no passado.

Os senadores do Rio Grande do Sul (Paulo Paim, Pedro Simon e Sergio Zambiasi, principalmente os dois primeiros) são os mais ativos. Sozinhos, respondem por 372 proposições (17% do total), das quais 22 foram aprovadas (também o maior número entre as bancadas estaduais, correspondente a 15% do agregado). A bancada menos produtiva sob esse ponto de vista tem sido a do Rio Grande do Norte (Garibaldi Alves Filho, José Agripino e Rosalba Ciarlini), responsáveis por apenas 17 iniciativas, nenhuma das quais aprovada.

Com impacto				
UF	Qtde	Por senador	Aprovadas	Taxas de aprovação
AC	46	15,3	8	17,4%
AL	24	8,0	1	4,2%
AM	57	19,0	1	1,8%
AP	65	21,7	6	9,2%
BA	65	21,7	9	13,8%
CE	52	17,3	4	7,7%
DF	104	34,7	8	7,7%
ES	157	52,3	9	5,7%
GO	142	47,3	11	7,7%
MA	29	9,7	3	10,3%
MG	23	7,7	2	8,7%
MS	56	18,7	2	3,6%
MT	73	24,3	6	8,2%
PA	46	15,3	1	2,2%
PB	20	6,7	1	5,0%
PE	25	8,3	3	12,0%
PI	30	10,0	2	6,7%
PR	162	54,0	8	4,9%
RJ	127	42,3	5	3,9%

Com impacto				
UF	Qtde	Por senador	Aprovadas	Taxas de aprovação
RN	17	5,7	0	0,0%
RO	161	53,7	5	3,1%
RR	93	31,0	3	3,2%
RS	372	124,0	22	5,9%
SC	78	26,0	6	7,7%
SE	76	25,3	7	9,2%
SP	94	31,3	10	10,6%
TO	27	9,0	1	3,7%
Soma	2 221	27,4	144	6,5%

Em termos da taxa de aprovação por bancada (matérias aprovadas em relação ao total proposto), a mais eficiente tem sido a do Acre (Geraldo Mesquita Júnior, Marina Silva e Tião Viana, em particular este último), com o percentual de 17,4%. É o que mostra o gráfico.

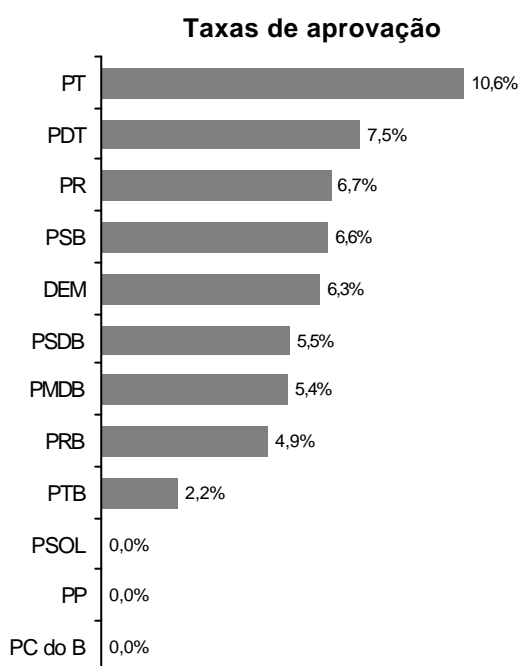


A distribuição da produção legislativa de matérias com impacto conforme os partidos políticos é descrita na tabela seguinte.

Com impacto					
Partido	Bancada	Qtde	Por senador	Aprovadas	Taxa de aprovação
DEM	14	205	14,6	13	6,3%
PC do B	1	13	13,0	0	0%
PDT	5	146	29,2	11	7,5%
PMDB	19	445	23,4	24	5,4%
PP	1	16	16,0	0	0%
PR	4	194	48,5	13	6,7%
PRB	2	103	51,5	5	4,9%
PSB	2	91	45,5	6	6,6%
PSDB	13	365	28,1	20	5,5%

Com impacto					
Partido	Bancada	Qtde	Por senador	Aprovadas	Taxa de aprovação
PSOL	1	9	9,0	0	0%
PT	12	453	37,8	48	10,6%
PTB	7	181	25,9	4	2,2%
Soma	81	2 221	27,4	144	6,5%

Focalizando a atenção sobre as bancadas dos quatro principais partidos da Casa (DEM, PMDB, PSDB e PT), a produção mais abundante per capita é dos senadores do PT, com 37,8 proposições por senador. A eficiência (medida pela taxa de aprovação) é mais elevada entre os senadores do PT, com 10,6% das matérias propostas. O gráfico seguinte apresenta esses dados:



A produção de matérias com pouco ou nenhum impacto no Senado conforme os estados de origem dos parlamentares é resumida na tabela abaixo. Observe-se que tanto a média geral quanto a do estado do Amazonas são fortemente influenciadas pela produção do senador Arhur Virgílio. Por isso, tanto uma quanto outra são apresentadas também descontando-se as matérias sem impacto propostas por ele.

Com pouco ou nenhum impacto				
Estado	Qtde	Por senador	Aprovadas	Taxa de aprovação
AC	23	7,7	21	91,3%
AL	5	1,7	5	100%
AM	900	300,0	884	98,2%
AM*	33	16,5	25	75,8%
AP	36	12,0	31	86,1%
BA	16	5,3	15	93,8%
CE	26	8,7	14	53,8%
DF	38	12,7	16	42,1%
ES	57	19,0	53	93,0%
GO	21	7,0	12	57,1%

Com pouco ou nenhum impacto				
Estado	Qtde	Por senador	Aprovadas	Taxa de aprovação
MA	6	2,0	4	66,7%
MG	62	20,7	62	100%
MS	4	1,3	3	75,0%
MT	56	18,7	52	92,9%
PA	74	24,7	67	90,5%
PB	29	9,7	26	89,7%
PE	77	25,7	72	93,5%
PI	63	21,0	60	95,2%
PR	64	21,3	64	100%
RJ	36	12,0	34	94,4%
RN	35	11,7	32	91,4%
RO	39	13,0	36	92,3%
RR	36	12,0	33	91,7%
RS	137	45,7	116	84,7%
SC	90	30,0	85	94,4%
SE	25	8,3	25	100%
SP	103	34,3	92	89,3%
TO	10	3,3	9	90,0%
Soma	2 068	25,5	1 923	93,0%
Soma*	1 201	15,0	1 064	88,6%

* Descontando-se os números do senador Arthur Virgílio.

Excetuando-se Arthur Virgílio, a produção mais abundante de matérias com pouco ou nenhum impacto é a dos senadores do Rio Grande do Sul, seguida de São Paulo (Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy e Romeu Tuma, com números semelhantes entre si) e Santa Catarina (Ideli Salvatti, Neuto de Conto e Raimundo Colombo, principalmente a primeira, com 77 das 90 proposições provenientes de senadores desse estado). Os menos prolíficos nesse particular são os senadores de Mato Grosso do Sul, Alagoas e Maranhão.

Quanto à distribuição desse tipo de proposição pelos partidos representados no Senado, está descrita na tabela seguinte. Acompanhando o que se fez em relação aos estados, os números do PSDB são apresentados também descontando-se as proposições do senador Arthur Virgílio. A maior abundância na produção desse tipo de matéria é dos senadores do PT (29,7 per capita).

Com pouco ou nenhum impacto					
Partido	Bancada	Sem impacto	Por senador	Aprovadas	Taxa de aprovação
DEM	14	156	11,1	137	87,8%
PC do B	1	9	9,0	2	22,2%
PDT	5	41	8,2	16	39,0%
PMDB	19	180	9,5	166	92,2%
PP	1	0	0	0	-
PR	4	39	9,8	36	92,3%
PRB	2	23	11,5	22	95,7%
PSB	2	27	13,5	26	96,3%
PSDB	13	1099	84,5	1079	98,2%
PSDB*	12	232	19,3	220	94,8%
PSOL	1	13	13,0	6	46,2%
PT	12	356	29,7	320	89,9%

Com pouco ou nenhum impacto					
Partido	Bancada	Sem impacto	Por senador	Aprovadas	Taxa de aprovação
<i>PTB</i>	7	125	17,9	113	90,4%
Soma	81	2 068	28,4	1 923	93,0%
Soma*	80	1 201	15,0	1 064	88,6%

* Descontando-se os números do senador Arthur Virgílio.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Número de integrantes: 513.

Período considerado: De 2007 ao presente.

Requerimentos: Incluídos.

Informação sobre aprovação de matérias: Sim, exceto para Requerimentos. Consideram-se todas as moções (votos de congratulações etc.) como aprovadas. Matérias aprovadas na Casa não são necessariamente promulgadas, uma vez que podem ter sido vetadas total ou parcialmente pelo Executivo.

Data da última atualização: 28.mar.2009.

Ver em www.excelencias.org.br/@pls.php?cs=1 a relação das matérias propostas por cada um dos deputados em exercício.

Observação importante: A proposição de matérias legislativas não é a única atividade de parlamentares. Eles trabalham em Comissões Temáticas e participam do debate político. Em particular os que exercem funções de liderança partidária ou a Presidência da Casa ou de Comissões tendem a propor poucas matérias de sua própria autoria.

Das 16.313 matérias propostas por deputados federais desde fevereiro de 2007, quando se iniciou a 57ª Legislatura, a maioria (39%) foi de Requisições a outros órgãos e 31% a matérias com impacto. Assuntos com pouco ou nenhum impacto correspondem a 7% da Casa, um percentual bastante baixo se comparado com as demais Casas brasileiras.

	Qtde	%
Requisições a outros órgãos	6 294	39%
Assuntos da Casa/Tramitações	3 768	23%
Matérias com impacto	5 040	31%
Matérias com pouco ou nenhum impacto	1 211	7%
Total	16 313	

As matérias com impacto de autoria de deputados identificáveis (ou seja, não se contam projetos oriundos da Mesa ou de Comissões) distribuem-se conforme a tabela seguinte. A taxa de aprovação geral tem sido minúscula, de apenas 1,2%.

Com impacto	Qtde	Aprovadas	Porct
Sugestões de Audiências Públicas	1 014	-	-
Miscelânea	713	12	1,7%
Justiça/Códigos	293	14	4,8%
Educação	236	4	1,7%
Meio Ambiente/Lixo/Água	207	1	0,5%
Tributos/Taxas etc.	193	2	1,0%
Agropecuária/Reforma Agrária	171	2	1,2%
Regulação Política	165	2	1,2%
Consumidor/Serviços Públicos	149	0	0,0%
Saúde	125	1	0,8%
Trânsito (incl. multas, taxas)	120	3	2,5%
Atos de Fiscalização	111	0	0%
Previdência/Pensões	108	0	0%
Regulação do Trabalho	108	2	1,9%
Agentes Públicos	108	0	0%
Corrupção e Controle	99	0	0%
Energia	93	0	0%

Com impacto	Qtde	Aprovadas	Porct
<i>Deficientes</i>	93	2	2,2%
<i>Defesa Civil/Segurança</i>	75	2	2,7%
<i>Transportes e Infraestrutura</i>	69	3	4,3%
<i>Criança e Adolescente</i>	68	0	0%
<i>Mulher</i>	61	0	0%
<i>Idosos/Aposentados</i>	50	2	4,0%
<i>Álcool, Drogas, Fumo</i>	49	0	0%
<i>Contas Públicas, Orçamento</i>	44	0	0%
<i>Telecomunicações</i>	43	0	0%
<i>Habitação/Questões Urbanas</i>	42	0	0%
<i>Cultura</i>	37	1	2,7%
<i>Licitações e Contratos</i>	37	3	8,1%
<i>Regulamentação de Profissões</i>	35	1	2,9%
<i>Privilégios a Advogados</i>	34	2	5,7%
<i>Alimentos/Nutrição</i>	35	0	0%
<i>Questões Indígenas</i>	30	0	0%
<i>Cidadania/Direitos Humanos</i>	30	0	0%
<i>Esporte</i>	28	0	0%
<i>Emprego/Desemprego</i>	28	0	0%
<i>Transporte Coletivo e de Aluguel</i>	26	1	3,8%
<i>CPIs</i>	25	1	4,0%
<i>Cultos Religiosos</i>	23	0	0%
<i>Turismo</i>	20	0	0%
<i>Animais</i>	12	1	8,3%
<i>Questões Raciais</i>	7	0	0%
<i>Publicidade</i>	6	0	0%
<i>Cessão de Imóveis</i>	5	0	0%
<i>Copa 2014</i>	5	0	0%
<i>Vias Públicas</i>	5	0	0%
<i>Comércio</i>	3	0	0%
<i>Tombamento</i>	1	0	0%
<i>Utilidade/Interesse Público</i>	1	0	0%
Soma	5 040	62	1,2%

Com pouco ou nenhum impacto	Qtde	Aprovadas	Porct
<i>Sessões Solenes/Especiais</i>	545	-	-
<i>Homenagens</i>	500	487	97,4%
<i>Batismos</i>	75	6	8,0%
<i>Datas Comemorativas</i>	67	9	13,4%
<i>Simbologia</i>	14	0	0%
<i>Cidades Símbolo</i>	10	1	10,0%
Soma	1 211	503	41,5%

Os vinte deputados mais produtivos no que tange a proposição de matérias com impacto são listados em seguida, indicando-se também as porcentagens de matérias aprovadas, bem como as matérias sem impacto que apresentaram. Esses vinte propuseram 962 matérias (19% do total da Casa, o que corresponde a uma proporção bastante elevada em face do número de deputados, que é de 513), das

quais apenas 6 foram aprovadas (10% do total de matérias com impacto aprovadas na Câmara). No entanto, a taxa de aprovação de matérias com impacto desse grupo, de 0,6%, corresponde à metade da taxa geral da Casa, mostrando que, embora produzam mais proposições do que a média de seus colegas, sua taxa de sucesso é inferior. Esses deputados também propuseram um total de 266 matérias sem impacto relevante, o que corresponde a 22% do total de matérias desse tipo apresentadas pelo conjunto de todos os deputados, o que também é um número elevado. Na última linha, entre parênteses, as porcentagens em relação ao total da Câmara.

Nome	Com impacto	Aprovadas	%	Sem impacto	Aprovadas	%
Carlos Bezerra	88	2	2,3%	3		0%
Antonio Carlos Mendes Thame	75		0%	3		0%
Dr. Talmir	69		0%	7	1	14,3%
Vital do Rêgo Filho	69		0%	13	1	7,7%
Valdir Colatto	59		0%	1		0%
Sandes Júnior	53	1	1,9%	1		0%
Rebecca Garcia	52		0%	30	9	30,0%
Vanessa Grazziotin	51		0%	122	110	90,2%
Eduardo Valverde	43		0%	2		0%
Otavio Leite	43		0%	14		0%
Dr. Ubiali	40		0%			-
Manoel Junior	40		0%	36	33	91,7%
Neilton Mulim	40	1	2,5%	4	1	25,0%
Cleber Verde	38		0%	2		0%
William Woo	37		0%	4		0%
Celso Russomanno	36		0%	2		0%
Eliene Lima	34	1	2,9%	1		0%
Rodrigo Rollemberg	33	1	3,0%	15		0%
Vinicius Carvalho	32		0%			-
Luiz Carlos Hauly	30		0%	6	3	50,0%
Soma	962 (19,1%)	6 (9,7%)	0,6%	266 (22,0%)	158 (31,4%)	59,4%

As matérias relativas ao tema Corrupção e Controle apresentadas na Câmara somam 99. Os deputados que mais propuseram esse tipo de proposição estão na tabela seguinte. Nenhuma foi aprovada. Por outro lado, nenhum dos 66 deputados que propuseram matérias sobre Corrupção e Controle propôs qualquer matéria sem impacto. Note-se que matérias relativas a esse tema podem ter sido classificadas pela Transparência Brasil sob a rubrica Miscelânea (isso acontece quando a ementa não especifica o assunto da proposição).

Corrupção e Controle (99)	Qtde	Aprovadas	%
Raul Jungmann	5	0	0%
Lelo Coimbra	4	0	0%
Vital do Rêgo Filho	3	0	0%
Neilton Mulim	3	0	0%
Soma dos quatro	15 (15%)		

Exemplos:

PEC-178/2007 (Raul Jungmann): Dá nova redação aos arts. 93, 95 e 103-B, da Constituição Federal, para vedar a concessão de aposentadoria como medida disciplinar e estabelecer a perda de cargo de magistrado nos casos de quebra de decoro.

PL-1544/2007 (Lelo Coimbra): Cria o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa, e dá outras providências.

PEC-42/2007 (Vital do Rêgo Filho): Acrescenta o inciso XXIII ao artigo 37 da Constituição Federal. Explicação: Veda a

aplicação de sigilo nas operações financeiras, econômicas e fiscais aos detentores de mandato eletivo.

PL-853/2007 (Neilton Mulim): Dá nova redação ao art. 333 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal. Explicação: Inclui como corrupção ativa o ato de dar e entregar vantagem indevida a servidor público para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

É interessante observar que deputados federais produziram 35 matérias que se referem a Privilégios a Advogados (ampliando-os ou limitando-os).

Exemplos de Privilégios a Advogados:

PEC-157/2007 (Rogerio Lisboa): Altera o inciso I do § 2º do art. 73 da Constituição Federal. Explicação: Inclui no terço constitucional de escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União, a cargo do Presidente da República, advogados indicados em lista tripartite pelo órgão de representação de classe (OAB).

PEC-208/2007 (Eduardo Gomes): Dá nova redação ao art. 236 e acrescenta o art. 236-A à Constituição Federal. Explicação: Atribui a função de Notário a Advogados especializados indicados pela OAB.

PL-2171/2007 (Jorge Tadeu Mudalen): Torna obrigatória a assistência de advogado em transações imobiliárias. Explicação: Altera a Lei nº 8.906, de 1994.

Uma categoria notável pela abundância de projetos propostos é a da Regulamentação de Profissões, com 35 matérias. Grande parte dessas matérias diz respeito à criação de profissões, o que significa que a atividade passa a exigir habilitação específica – o que implica cursos de formação, sindicato, corporação, carteirinha e outros fatores geradores de custos e burocracia.

Exemplos de Regulamentação de Profissões:

Babá (Felipe Bornier), Disc-Jockey e Vid-Jockey (sic) (Brizola Neto), Designer de interiores (Tadeu Filippelli), Sommelier (Onyx Lorenzoni), Cabelereiro autônomo (Roberto Britto), Dermopigmentação artística – tatuagem e perfuração corporal – piercing (João Paulo Cunha), Grafologia, Vaqueiro (ambas de Ana Arraes), Teólogo (Professor Victorio Galli), Instrutor de formação de condutores de veículos automotores (Magela), Corretor de veículos automotores (Dagoberto), Repentista (Wilson Braga).

Entre os vinte deputados que mais propõem matérias com impacto encontram-se três que comparecem também na lista dos cinco mais prolíficos na proposição de matérias sem impacto. Esses cinco propuseram nada menos de 445 do total de 1.211 matérias desse tipo apresentadas por toda a Casa, o que corresponde à elevadíssima porcentagem de 36,7% desse total. A taxa de aprovação dessas é também muito alta, de 79,7%. Em contraste, o percentual de matérias com impacto sobre o total da Câmara é de 3,4%.

Nome	Com impacto	Aprovadas	%	Sem impacto	Aprovadas	%
Marcelo Serafim	16	0	0%	192	184	95,8%
Vanessa Grazziotin	51	0	0%	122	110	90,2%
Roberto Rocha	12	0	0%	65	65	100%
Manoel Junior	40	0	0%	36	33	91,7%
Rebecca Garcia	52	0	0%	30	9	30,0%
Soma	171 (3,4%)	0	0%	445 (36,7%)	401 (79,7%)	90,1%

Exemplos de Homenagens:

Marcelo Serafim: 169 votos de louvor a prefeitos eleitos em diversos estados.

Vanessa Grazziotin: 95 votos de louvor a prefeitos eleitos em diversos estados. 10 votos de louvor a escolas de samba que venceram desfiles carnavalescos em outras tantas cidades.

Roberto Rocha: 65 votos de louvor a aniversários de emancipação de municípios de seu estado, o Maranhão.

Exemplos de Sessões Solenes/Especiais:

REQ-129/2007 (João Campos): Homenagem ao Dia da Bíblia.

REQ-1765/2007 (Cida Diogo): Homenagem a seleção brasileira de futebol feminino.

REQ-179/2007 (Inocência Oliveira): Homenagem aos 100 anos do frevo.

Exemplos de Datas Comemorativas:

- PL-1623/2007 (Gervásio Silva): Institui o Dia Nacional do Motorista de Ambulância.
- PL-1677/2007 (Gastão Vieira): Institui o dia 18 de junho como Dia do Tambor-de-Crioula.
- PL-2036/2007 (Jilmar Tatto): Institui o Dia Nacional do Paisagista, a ser comemorado em 04 de outubro.
- PL-2981/2008 (Arnaldo Jardim): Institui o Dia Nacional do Cerimonialista.
- PL-1967/2007 (Carlos Brandão, **aprovado**): Institui o Dia do Vaqueiro Nordestino a ser comemorado, anualmente, no terceiro domingo do mês de julho.

Exemplos de Cidades Símbolo:

- PL-2606/2007 (Pepe Vargas): Confere ao município de Ipê, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de "Capital Nacional da Agricultura Ecológica".
- PL-2793/2008 (Alex Canziani): Confere ao Município de Apucarana, no Estado do Paraná, o título de "Capital Nacional do Boné".
- PL-3566/2008 (Luciana Costa): Confere ao Município de Barretos, no Estado de São Paulo, o Título de Capital Nacional do Rodeio.

Há seis deputados que só apresentaram matérias sem impacto:

Nome	Sem impacto	Aprovadas
<i>Narcio Rodrigues</i>	5	
<i>Aldo Rebelo</i>	1	
<i>Devanir Ribeiro</i>	1	
<i>Ibsen Pinheiro</i>	1	
<i>Joseph Bandeira</i>	1	
<i>Rubens Otoni</i>	1	1
Soma dos seis	10	1

Em contraste, 192 deputados não submeteram nenhuma matéria sem impacto, tendo em conjunto apresentado um total de 1.256 proposições com impacto, das quais seis foram aprovadas.

Há ainda 55 deputados para os quais não há registro de nenhuma matéria proposta. E 39 desses não apresentaram requerimentos sobre assuntos internos à Câmara ou formularam pedidos de informações ou sugestões a outros órgãos. Alguns são ativos na articulação política, expoentes de bancadas que defendem interesses específicos ou ocuparam cargos de destaque na Mesa Diretora da Casa, como é o caso do ex-presidente Arlindo Chinaglia. A maioria, porém, não tem deixado registro de sua passagem pela Câmara dos Deputados na legislatura iniciada em 2007. São eles:

Airton Roveda, Alberto Silva, Antonio Carlos Chamariz, Antonio Cruz, Antonio Feijão, Aracely de Paula, Arlindo Chinaglia, Augusto Farias, Benedito de Lira, Bispo Gê Tenuta, Carlos Wilson, Chico Abreu, Elizeu Aguiar, Emilia Fernandes, Félix Mendonça, Fernando Marroni, Fernando Melo, Fernando Nascimento, Givaldo Carimbão, Jader Barbalho, João Carlos Bacelar, João Leão, João Pizzolatti, Jorge Boeira, José Mendonça Bezerra, Lael Varella, Mainha, Márcio Marinho, Marcos Lima, Milton Vieira, Nice Lobão, Osvaldo Biolchi, Paes de Lira, Pedro Novais, Pinto Itamaraty, Suely, Tatico, Zé Gerardo.

Deputados federais endereçam a órgãos externos (usualmente Ministérios) pedidos de informações e sugestões de providências diversas. No período considerado, foram emitidas 6.294 dessas Requisições a outros órgãos. Dessas, 2.956 (47% do total) se originaram em apenas oito deputados, quatro dos quais do Amazonas (Silas Câmara, Marcelo Serafim, Vanessa Grazziotin, Rebecca Garcia e Cleber Verde). Entre estes estão dois, Marcelo Serafim e Vanessa Grazziotin, que são líderes da lista de proponentes de matérias com pouco ou nenhum impacto.

Requisições a outros órgãos (6 294)	Qtde
<i>Silas Câmara</i>	751
<i>Marcelo Serafim</i>	726
<i>Eliene Lima</i>	518
<i>Vanessa Grazziotin</i>	304

Requisições a outros órgãos (6 294)	Qtde
<i>Hermes Parcianello</i>	232
<i>Rebecca Garcia</i>	209
<i>Perpétua Almeida</i>	124
<i>Cleber Verde</i>	92
Soma	2 956 (47%)

Quase todos esses deputados se valem de um mesmo expediente para multiplicar a quantidade de requisições desse tipo. Em vez de fazer uma só comunicação, enviam ao mesmo Ministério centenas de solicitações de informações ou expressão de sugestões referentes a outros tantos municípios, todas elas exprimindo a mesma coisa. Assim, por exemplo: “Solicita informações ao Ministro do Esporte acerca dos recursos previstos, no período de 2007 a 2008, para o Programa ‘Segundo Tempo’ no município de XX no Estado do Amazonas.” (Silas Câmara), onde XX é o nome de cada um dos 62 municípios do Amazonas. Ou “Sugere ao Ministro da Previdência Social a instalação de uma Agência da Previdência Social - APS, no Município de YY, AM” (Marcelo Serafim).

A deputada Rebecca Garcia é uma exceção, bem como, em parte, a deputada Perpétua Almeida. Os muitos requerimentos de informações emitidos por Garcia percorrem uma gama variada de assuntos. Já Almeida mescla requerimentos variados com repetições do tipo assinalado anteriormente.

Distribuição por bancadas estaduais e partidárias

A distribuição das matérias com impacto segundo as bancadas estaduais está descrita na tabela seguinte. Contam-se apenas os projetos de responsabilidade dos deputados em exercício em 8 de abril de 2009. Por isso, os totais informados podem não coincidir com os totais das tabelas anteriores, que também incluem proposições de parlamentares que estiveram em exercício em algum momento.

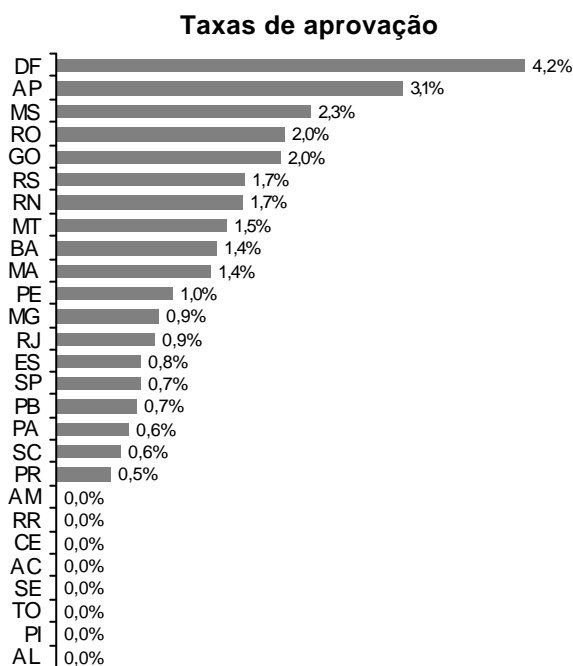
Em termos do número de projetos por deputado, os mais ativos são os oito integrantes da bancada do Mato Grosso, com uma média de 24,5 iniciativas por deputado. Os menos ativos nesse particular são os de Alagoas, com apenas 1,4 proposições por deputado desde fevereiro de 2007. A bancada que mais aprovou proposições foi a de São Paulo (6), havendo oito bancadas sem projeto aprovado.

UF	Bancada	Qtde	Por deputado	Aprovadas	Taxa de aprovação
AC	8	43	5,4	0	0%
AL	9	13	1,4	0	0%
AM	8	165	20,6	0	0%
AP	8	64	8,0	2	3,1%
BA	39	209	5,4	3	1,4%
CE	22	124	5,6	0	0%
DF	8	95	11,9	4	4,2%
ES	10	133	13,3	1	0,8%
GO	17	149	8,8	3	2,0%
MA	18	145	8,1	2	1,4%
MG*	52	326	6,3	3	0,9%
MS	8	44	5,5	1	2,3%
MT	8	196	24,5	3	1,5%
PA	17	154	9,1	1	0,6%
PB	12	138	11,5	1	0,7%
PE	25	191	7,6	2	1,0%
PI	10	25	2,5	0	0%
PR	30	203	6,8	1	0,5%

UF	Bancada	Qtde	Por deputado	Aprovadas	Taxa de aprovação
RJ	46	457	9,9	4	0,9%
RN	8	60	7,5	1	1,7%
RO	8	98	12,3	2	2,0%
RR	8	54	6,8	0	0%
RS	31	238	7,7	4	1,7%
SC	16	177	11,1	1	0,6%
SE	8	42	5,3	0	0%
SP	70	802	11,5	6	0,7%
TO	8	36	4,5	0	0%
Soma	512	4 381	8,6	45	1,0%

* Em 8/4/09 a bancada de Minas Gerais estava incompleta.

A bancada mais eficiente em termos da porcentagem de projetos aprovados em relação ao total tem sido a do Distrito Federal, com uma taxa de 4,2%, seguida do Amapá e do Mato Grosso do Sul (gráfico).



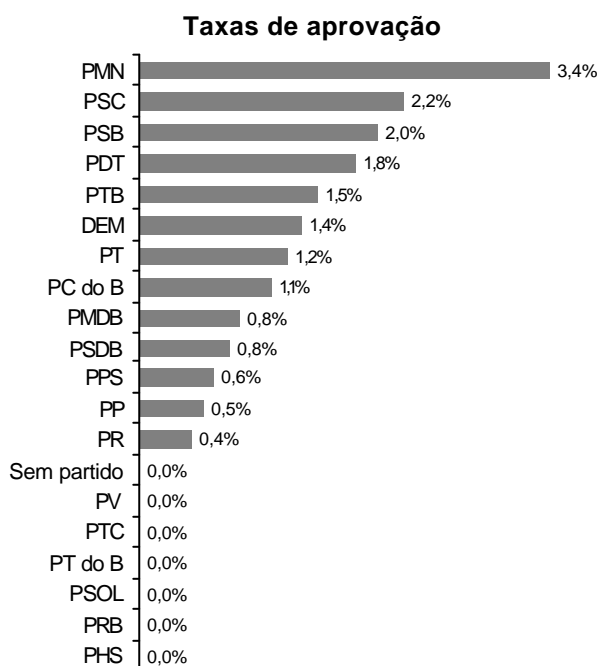
A distribuição da produção legislativa de matérias com impacto conforme os partidos políticos representados na Câmara dos Deputados é descrita na tabela seguinte.

Com impacto					
Partido	Bancada	Com impacto	Por deputado	Aprovadas	Taxa de aprovação
DEM	57	369	6,5	5	1,4%
PC do B	12	180	15,0	2	1,1%
PDT	25	220	8,8	4	1,8%
PHS	2	30	15,0	0	0%
PMDB	95	713	7,5	6	0,8%
PMN	5	29	5,8	1	3,4%

Com impacto					
Partido	Bancada	Com impacto	Por deputado	Aprovadas	Taxa de aprovação
PP	39	374	9,6	2	0,5%
PPS	13	162	12,5	1	0,6%
PR	42	232	5,5	1	0,4%
PRB	3	46	15,3	0	0%
PSB	30	348	11,6	7	2,0%
PSC	11	135	12,3	3	2,2%
PSDB	57	529	9,3	4	0,8%
PSOL	3	51	17,0	0	0%
PT	78	567	7,3	7	1,2%
PT do B	1	32	32,0	0	0%
PTB	22	134	6,1	2	1,5%
PTC	2	11	5,5	0	0%
PV	14	217	15,5	0	0%
Sem partido	1	2	2,0	0	0%
Soma	512*	4 381	8,6	45	1,0%

* Em 8/4/09 faltava um deputado na bancada de Minas Gerais

Dos quatro partidos com maior bancada (DEM, PMDB, PSDB e PT), aquele com maior eficiência na aprovação de matérias tem sido o DEM, com 1,4%.



No que tange as matérias com baixo ou nenhum impacto, a distribuição por bancadas estaduais é descrita na tabela seguinte. Os deputados do Amazonas superam em quase vinte vezes a média per capita da Casa nesse particular.

Com pouco ou nenhum impacto					
UF	Bancada	Qtde	Por deputado	Aprovadas	Taxa de aprovação
AC	8	21	2,6	2	9,5%
AL	9	0	0,0	0	-

Com pouco ou nenhum impacto					
UF	Bancada	Qtde	Por deputado	Aprovadas	Taxa de aprovação
AM	8	345	43,1	303	87,8%
AP	8	8	1,0	0	0%
BA	39	57	1,5	15	26,3%
CE	22	44	2,0	18	40,9%
DF	8	33	4,1	0	0%
ES	10	19	1,9	1	5,3%
GO	17	41	2,4	10	24,4%
MA	18	89	4,9	71	79,8%
MG	52*	63	1,2	3	4,8%
MS	8	5	0,6	0	0%
MT	8	18	2,3	6	33,3%
PA	17	12	0,7	4	33,3%
PB	12	63	5,3	34	54,0%
PE	25	36	1,4	1	2,8%
PI	10	12	1,2	0	0%
PR	30	26	0,9	5	19,2%
RJ	46	67	1,5	3	4,5%
RN	8	16	2,0	2	12,5%
RO	8	9	1,1	1	11,1%
RR	8	5	0,6	0	0%
RS	31	50	1,6	3	6,0%
SC	16	35	2,2	12	34,3%
SE	8	4	0,5	0	0%
SP	70	99	1,4	14	14,1%
TO	8	13	1,6	1	7,7%
Soma	512*	1 190	2,3	509	42,8%

* Em 8/4/09 faltava um deputado na bancada de Minas Gerais

A distribuição dessa classe de proposições entre os partidos é a seguinte:

Com pouco ou nenhum impacto					
Partido	Bancada	Sem impacto	Por deputado	Aprovadas	Taxa de aprovação
DEM	57	42	0,7	13	31,0%
PC do B	12	154	12,8	112	72,7%
PDT	25	30	1,2	4	13,3%
PHS	2	1	0,5	0	0%
PMDB	95	124	1,3	22	17,7%
PMN	5	15	3,0	0	0%
PP	39	58	1,5	13	22,4%
PPS	13	17	1,3	3	17,6%
PR	42	47	1,1	8	17,0%
PRB	3	3	1,0	0	0,0%
PSB	30	289	9,6	229	79,2%
PSC	11	20	1,8	0	0%
PSDB	57	161	2,8	75	46,6%
PSOL	3	16	5,3	0	0%

Com pouco ou nenhum impacto					
Partido	Bancada	Sem impacto	Por deputado	Aprovadas	Taxa de aprovação
<i>PT</i>	78	147	1,9	22	15,0%
<i>PT do B</i>	1	0	0	0	-
<i>PTB</i>	22	37	1,7	5	13,5%
<i>PTC</i>	2	0	0	0	-
<i>PV</i>	14	29	2,1	3	10,3%
<i>Sem partido</i>	1	0	0	0	-
Soma	512*	1190	2,3	509	42,8%

** Em 8/4/09 faltava um deputado na bancada de Minas Gerais*

Lideram nesse quesito o PC do B, com uma média de 12,8 proposições por deputado, e o PSB, com 9,6 per capita.

CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

Até a última semana de março de 2009, a produção legislativa registrada no banco de dados do projeto Excelências totalizava 212.674 matérias, entre projetos de lei, projetos de decreto legislativo, requerimentos, indicações, moções e outros.

As matérias recolhidas são classificadas em categorias temáticas, usando-se para isso as suas respectivas ementas conforme informadas (resumos do conteúdo) pelas Casas – Educação, Saúde, Energia etc., num total de 64 áreas. As áreas, por sua vez, são divididas em cinco classes:

- 1) A das proposições *com impacto* sobre a coletividade. Classificar uma proposição como dotada de impacto **não** representa um julgamento a respeito de seu mérito intrínseco. As consequências de uma proposição podem ser negativas no entender de algum segmento, mas nem por isso ela deixa de ter impacto. Por exemplo, consideram-se como dotadas de impacto propostas de construção de Monumentos em homenagem a pessoas, entidades ou fatos históricos (desde Dom Helder Câmara, em Fortaleza, até ao bebê, em Porto Alegre, passando pelos corretores de imóveis, de volta a Fortaleza). Isso é considerado com impacto porque monumentos alteram fisicamente o ambiente urbano. Concessões de títulos de Utilidade Pública recaem no mesmo caso – o impacto, não necessariamente positivo, é de natureza financeira. Outro exemplo são datas comemorativas de natureza religiosa.

Entre as categorias com impacto há uma denominada “Miscelânea”, na qual são classificadas matérias que não recaem em nenhuma das demais categorias, as que dizem respeito a mais de uma dessas categorias e aquelas cujas ementas não permitem determinar a qual tema se referem (ou seja, um projeto de lei relativo à Saúde, mas cuja ementa não explicita esse fato, pode estar em Miscelânea).

Não há modo de abordar de modo integralmente objetivo a classificação de matérias por temas. Não apenas equívocos podem ser cometidos como o julgamento pode mudar. Isso sujeita as estatísticas a alterações de pequena monta a qualquer momento.

- 2) A das proposições *com pouco ou nenhum impacto*. As matérias que recaem nessa segunda classe são as que dizem respeito a sete áreas: Batismos (de logradouros, salas, prédios etc.); declarações de que a cidade X passa a ser considerada Cidade-Irmã da cidade Y; Cidades-Símbolo (declarações de que a cidade X passa a ser conhecida como a “capital estadual disso ou daquilo”); Datas Comemorativas (definindo datas em que se comemoram o “dia do bebê”, o “dia do taxista”, o “dia do esporte de dardo” etc.); Homenagens (cidadanias honorárias, votos de louvor, pesar, de congratulações etc.); solicitações de Sessões Solenes para homenagear algo ou alguém; e Simbologia (oficialização de hinos e outros símbolos).
- 3) *Assuntos internos*, incluindo-se requerimentos referentes a tramitações de matérias;
- 4) *Requisições* de informações ou providências dirigidas a outros órgãos, quase sempre do Executivo.
- 5) Proposições oriundas de organismos externos às Casas (principalmente o Executivo), bem como matérias de iniciativa das Mesas Diretoras das Casas, de bancadas partidárias, de Comissões etc., as quais não são alocadas a algum parlamentar individualmente.

A classe das proposições consideradas com pouco ou nenhum impacto costuma provocar controvérsia. É importante, por isso, justificar por quê a Transparência Brasil considera determinadas iniciativas parlamentares como carentes de impacto.

- a) *Batismos*. Trata-se de dar nomes a logradouros públicos, prédios, salas e assim por diante. São muito frequentes nas Câmaras Municipais, embora também haja produção substancial desse tipo de proposição em outras Casas. É evidente que ruas precisam ter nomes, e que as comunidades que vivem em lugares em que o sistema viário não é apropriadamente identificado são prejudicadas. É preciso haver algum modo de dar denominação a logradouros. O problema, contudo, está em que a denominação de uma rua ou estrada necessita de uma lei

específica – e as proposições voltadas para batizar algo correspondem a cerca de 6% da produção agregada das Casas. Mesmo que a aprovação de um projeto de lei dessa natureza seja feita simbolicamente, ainda assim a matéria tramita na Casa, passando por Comissões, as quais emitem pareceres. O tempo médio de tramitação de uma matéria desse tipo varia de Casa a Casa, de modo geral situando-se em torno de um ano e meio. Tudo isso custa dinheiro. Além disso, é bastante claro que muitos parlamentares usam esse pretexto para homenagear pessoas que lhes interessam eleitoralmente. Parece óbvio que o mecanismo de batismo de logradouros deveria ser responsabilidade do Executivo, como é proposto em diversos projetos de lei apresentados em várias Casas – nenhum deles, porém, aprovado.

- b) *Cidades-Irmãs*. Declarar por meio de uma lei que a cidade Fulana é “irmã” da cidade Sicrana (sempre de outro país) não tem qualquer espécie de consequência concreta para os habitantes daquela cidade. A produção agregada desse tipo de proposta totaliza 46 no período coberto.
- c) *Cidades-Símbolo*. A Transparência Brasil considera que seria difícil justificar a relevância de se promulgar uma legislação federal oficializando, por exemplo, que uma cidade passa a ser conhecida como “a capital nacional do boné”.
- d) *Datas Comemorativas*. Inúmeros parlamentares propõem projetos declarando que em um certo dia do ano se deve comemorar alguma profissão ou atividade, algumas francamente bizarras, como o dia do pescador, o dia do sanfoneiro, o dia do deputado estudante etc. Observe-se que matérias que definem determinados dias como sendo dedicados a programas de conscientização a respeito de doenças ou iniciativas educativas, bem como comemorações de interesse de cultos religiosos diversos (estas últimas muito frequentes) **não** são classificadas pela Transparência Brasil aqui, mas nas suas áreas temáticas respectivas, sendo consideradas como dotadas de impacto.
- e) *Homenagens*. Esta é a categoria mais popular entre os parlamentares. Nada menos de 48% do total de sua produção são dedicados a homenagear pessoas e entidades. Isso inclui desde projetos de lei concedendo títulos de cidadania honorária a pessoas até decisões internas concedendo medalhas, comendas, diplomas etc. e a moções de diversas naturezas (a maioria). Incluem-se nesta categoria moções de protesto, repúdio etc. – ou seja, uma homenagem pode ser uma anti-homenagem. É claro que se pode, com toda justeza, argumentar-se que faz sentido homenagear determinadas pessoas, eventos ou entidades. Contudo, as sugestões legislativas referentes a homenagens que sejam de fato significativas perdem-se num mar de proposições em tudo idênticas, mencionando indivíduos e entidades que só interessam eleitoralmente a quem propõe. É disseminada a prática de vereadores, deputados e senadores sugerirem às suas Casas que envie oficialmente votos de pesar, júbilo, congratulações etc. para pessoas de seu exclusivo interesse. Como as Casas não separam o joio do trigo, a Transparência Brasil faz isso por elas, com a consequência de que todas acabam classificadas como joio. O resultado pode ser injusto com homenageados realmente merecedores da distinção, mas a injustiça seria maior caso se considerasse toda e qualquer homenagem como dotada de impacto significativo.
- f) *Sessões Solenes*. Esta categoria é semelhante à anterior, valendo os mesmos argumentos. Nesse particular, vale a pena observar que a única informação publicada na Internet pela Assembleia Legislativa de Goiás a respeito da atividade de seus integrantes diz respeito a sessões solenes. Desde fevereiro de 2007, essa Casa realizou nada menos de 76 sessões desse tipo (algumas delas itinerantes), o que, descontando-se os meses de recesso, resulta na média de uma por semana.
- g) *Simbologia*. Determinados parlamentares acreditam que oficializar o hino de um bairro ou designar uma fruta como “nacional” por meio de lei federal sejam assuntos relevantes para a comunidade – uma crença injustificada.

A produção legislativa de cada parlamentar é atualizada continuamente e apresentada tanto em sua página no projeto Excelências quanto numa interface dinâmica em que se apresentam as informações reunidas por Casa e por parlamentar (www.excelencias.org.br/@pls.php).

No que se segue, essa produção é inicialmente examinada de forma agregada e em seguida o mesmo é feito Casa a Casa, assinalando-se certas peculiaridades. Observe-se que as informações prestadas pelas Casas variam bastante. Em algumas é impossível ou demasidamente laborioso determinar se uma proposição foi ou não aprovada. Outras omitem determinados tipos de matérias (como moções). Na maioria das Casas é impossível, ou muito difícil, determinar se um projeto apresentado por um parlamentar foi, subsequentemente, retirado pelo autor. Essas circunstâncias levam à probabilidade de alguma imprecisão nos números relativos a cada parlamentar de certas Casas.

Em todas as Casas presta-se especial atenção nas matérias apresentadas que dizem respeito ao tema Corrupção e Controle.

Por fim, não se pode deixar de assinalar a imensa quantidade de erros gramaticais presentes nos textos submetidos por vastos contingentes de integrantes das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores (no Senado e na Câmara dos Deputados a vigilância do corpo técnico faz-se sentir na baixa incidência desse tipo de problema). A crase é usada indiscriminadamente cada vez que um “a” aparece ou um “há” seria exigível; a virgulação é aspergida incidentalmente sobre os textos. A concordância verbal e nominal e a regência verbal são torturadas sem piedade. A grafia de palavras menos corriqueiras implica desafio intransponível para muitos parlamentares (ou seus assessores).